



Avenida Getúlio Vargas, n.º 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde – SESAU

Processo nº 204012201 – Pregão Eletrônico n. 6/2022 - 0006

Objeto: Pregão Eletrônico – Aquisição de Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMMES, para animais de pequeno porte, denominado “castramóvel”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos na solicitação anexa aos autos.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: ADMINISTRATIVO.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.
MODALIDADE PREGÃO. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. 1) A licitação é o processo administrativo pelo qual o Poder Público seleciona a proposta de alienação, serviço e compra, dentre outras, que mais atenda ao interesse público. 2) O pregão, tal como outras modalidades de licitação, apresenta duas fases: uma interna, em que o Órgão licitante prepara o processo em que se inicia a licitação propriamente dita; e outra externa, que tem início com a convocação dos terceiros interessados em contratar com a Administração Pública. 3) Parecer pela possibilidade jurídica de prosseguimento do feito, tendo em vista o caráter correto de sua fase interna.

I - RELATÓRIO

Trata-se de requerimento oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando autorização para, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 10.520/2002, proceder com a aquisição de Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMMES, para animais de pequeno porte, denominado “castramóvel”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos na solicitação anexa aos autos, através de recursos oriundos da Emenda Parlamentar n.º 022125/2021, oriundo do Convênio n.º 000012/2021/2021 – MMA (fls. 02), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no termo de referência em anexo (fls. 20/37).



Avenida Getúlio Vargas, n.º 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Vale notar que o início do certame em comento foi devidamente autorizado pela Prefeita Municipal, Ordenadora de Despesas deste Município, conforme Despacho constante dos autos (fl. 68).

Consoante a Informação de fls. 66, prestada pela Secretaria de Planejamento, verifica-se a disponibilidade de saldo orçamentário-financeiro para custear a despesa em comento.

Por sua vez, o (a) senhor (a) Secretário (a) Municipal, mediante as solicitações de Despesas às fls. 03/05, pormenoriza o objeto a ser adquirido pela Administração Pública Municipal.

Ademais, a Declaração de fl. 67, firmada pelo Ordenador de Despesas, Prefeita Municipal, atesta que o dispêndio público tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), além de ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo assim às prescrições pertinentes à realização de despesa pública constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 16, II, § 1º).

Por fim, haja vista o disposto no art. 38, parágrafo único¹, da Lei Federal n.º 8.666/93, combinado com o art. 10, inciso IV, alínea "a", item 4, da Resolução n.º 028/2020 do TCE/RN, que impõe a análise prévia das minutas de editais de licitação, vieram os autos para análise.

É o relatório. Passa-se a opinar.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A licitação, no dizer de Hely Lopes Meirelles², representa o procedimento administrativo por que a Administração Pública busca selecionar a melhor proposta para o contrato de seu interesse.

¹ "Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

² *Direito administrativo brasileiro*, 32 ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 271-272.



Avenida Getúlio Vargas, n.º 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Segundo a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello³, a licitação pública apresenta duas fases bem definidas: (i) uma interna, que envolve a prática de atos, pelo órgão licitante, que condicionam a abertura do processo administrativo que inicia o certame; e (ii) uma externa, que se principia com a convocação dos terceiros interessados.

Como, *in casu*, ainda não se conferiu publicidade ao edital do pregão, nesta oportunidade, trata-se apenas da fase interna do certame.

Considerando que inexistente no âmbito municipal regulamentação específica acerca do Pregão Eletrônico, adota-se como diretriz a norma federal (Decreto n. 10.024/2019). Assim, agiu bem a Administração ao eleger o Pregão Eletrônico como mecanismo para a aquisição de bem comum.

Por sua vez, o art. 3^º, da Lei Federal n.º 10.520/02, estabelece as condições de abertura do processo administrativo que inicia o pregão, dentre as quais se destacam: (i) a justificativa para a contratação pretendida; (ii) a indicação precisa do objeto do certame; e (iii) a especificação das exigências e procedimentos licitatórios, bem como das cláusulas contratuais. Além disso, o referido dispositivo legal menciona que também deverão constar dos autos do processo licitatório outros documentos, tais como: (i) a proposta orçamentária; e (ii) a designação do pregoeiro e respectiva equipe de apoio.

³ Curso de direito administrativo, 25 ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 563.

⁴ "Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.(...)"



Avenida Getúlio Vargas, n.º 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Nesse contexto, verifica-se que as exigências normativas referidas no parágrafo anterior foram atendidas, porquanto o pretendido certame – oportunamente aprovado pela autoridade competente – está devidamente justificado, contendo a indicação do objeto a ser contratado pela Administração Pública e da fonte de custeio correspondente, além de explicitar as regras que lhe serão aplicáveis (conferir Minutas do Edital e respectivos Anexos, incluindo a Minuta do Contrato), tudo em conformidade com o art. 3º, *caput*, da Lei Federal n.º 10.520/02.

A pesquisa mercadológica foi realizada mediante cotação de preços diretamente com os fornecedores (fls. 49/65).

II.1 – DA ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL E MINUTA DE CONTRATO

Cumprido salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, o Edital e a Minuta do contrato (instrumento obrigacional deste objeto) presentes nos autos do processo administrativo em epígrafe.

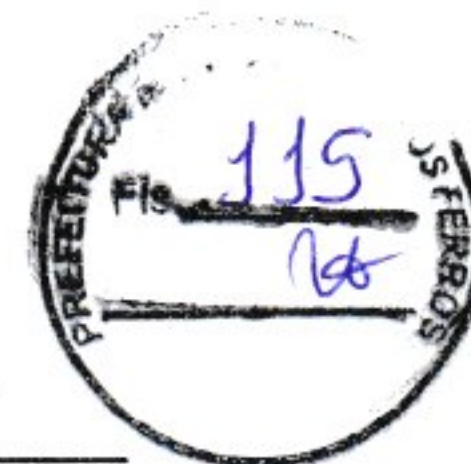
Destarte, incumbe a esta Procuradoria Municipal manifestar-se sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito desta Secretaria, tampouco analisar aspectos de natureza técnico-administrativa.

Da análise da minuta de edital, constata-se que as prescrições legais atinentes à espécie se encontram atendidas.

Portanto, em virtude dos fundamentos fáticos e jurídicos expostos neste Parecer, opina-se pela possibilidade jurídica de prosseguimento do presente procedimento licitatório (Pregão Eletrônico n.º 6/2022 - 0006), tendo em vista que estão atendidos os ditames das Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93, bem como do art. 16, inciso IV, da Resolução n.º 028/2020 do TCE/RN.

III – DO SILOGISMO OPINATIVO

Destarte, concluo que a contratação em epígrafe se enquadra na hipótese legal prevista no art. 1º, *caput*, da Lei n.º 10.520/2002 combinado com o art. 1º, do Decreto n.º 10.024/2019, restando configurado o interesse público e inexistindo vícios a sanar nesta fase preparatória, pelo que **opinamos** pela legalidade da modalidade de Licitação escolhida, opinando ainda pela aprovação das minutas do edital e do contrato, ante ao atendimento das prescrições legais inerentes à espécie.



Avenida Getúlio Vargas, n.º 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Sendo este o Parecer, o que se faz de forma meramente opinativa, não possuindo, portanto, caráter vinculativo, cabendo a decisão final à autoridade competente, ressaltando que a veracidade das informações prestadas compete às autoridades que as subscreveram.

Pau dos Ferros/RN, 27 de janeiro de 2022.

JOSÉ DIÓGENES MAIA NETO
Procurador Municipal
Mat. 120685-0 – OAB/RN 19.060 – B